

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61650 - RO
(2019/0242127-1)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : MARIA DORACY DE SOUZA ALVES
ADVOGADO : CARLA CAROLINE BARBOSA PASSOS
MARROCOS - RO005436
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONDENAÇÃO CRIMINAL. PRETENDIDA REINTEGRAÇÃO A CARGO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE ABSOLVIÇÃO NA ESFERA CRIMINAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. PRETENSÃO A DESCONSTITUIÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. ART. 485, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE.

1. Caso em que a recorrente se insurge contra decisão que indeferiu pedido de reconhecimento de erro material, a fim de que os reflexos de sua absolvição na seara criminal acarretassem o arquivamento da ação de cumprimento de sentença que a condenou pela prática de ato de improbidade administrativa. O acórdão recorrido denegou a segurança por ausência de prova pré-constituída, além de afastar a presença de ilegalidade ou teratologia na decisão impugnada.

2. A ausência de impugnação a fundamento que, por si só, respalda o resultado do julgamento proferido pela Corte de origem impede a admissão do recurso em mandado de segurança. Incide ao caso a Súmula 283/STF. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator